

Serra diz que a verba da Saúde é intocável

Ministro se recusa a discutir aumento de alíquota da CPMF e a sua transformação em permanente

Isabel de Paula, Monica Gugliano
e Beth Lopes

• BRASÍLIA e BELO HORIZONTE. O ministro da Saúde, José Serra, considera intocável o orçamento da Saúde. Embora a equipe econômica esteja decidida a cortar recursos em todas as áreas do Governo, como parte das medidas do pacote de ajuste fiscal, Serra disse que não há nada definido ainda. O ministro não quis sequer entrar na discussão sobre o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a possibilidade de tornar o imposto permanente.

— O que importa, no caso da Saúde, é manter a fatia no Orçamento. É o quanto vem de dinheiro. Se deste, ou daquele imposto, não interessa. O presidente tem em mente que nada de essencial na Saúde será cortado — disse — Tudo envolve discussão e não há razão para tanta ansiedade. Não se fazem medidas tributárias em

cima das pernas. Não vejo razão de ter que matar cachorro a grito nessa matéria.

Em Brasília, o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri, também reagiu contrariamente ontem ao provável corte de verbas previstas no item Outros Custeios de Capital (OCC) do orçamento da área social. Barjas Negri disse que a possibilidade de cortes no orçamento do Ministério da Saúde para 1999 é praticamente zero.

Mais de 11 bilhões do OCC se destinam aos hospitais

Os gastos previstos com OCC são de R\$ 15,2 bilhões, sendo mais de R\$ 11 bilhões destinados ao pagamento de hospitais, programas de agentes comunitários de saúde, médicos de família, controle de doenças, compra de vacinas e medicamentos. Estes gastos, disse, serão mantidos.

— O Ministério da Saúde já fez o seu ajuste ao extinguir a Ceme (Central de Medicamentos), o

Inan e ao reduzir gastos com a compra de vacinas e inseticidas. O raio de manobra e de cortes agora é muito pequeno — disse Barjas Negri.

A previsão de cortes de OCC do Orçamento de 99 agrava ainda mais a delicada situação financeira do Ministério da Saúde. Até o fim de 1998, o ministério deve perder cerca de R\$ 1,7 bilhão em recursos do Orçamento e de suplementações cujos cortes já foram anunciados. Por isso, Serra não sabe de onde tirar dinheiro para pagar os serviços prestados pelos hospitais nos últimos meses do ano nem o incentivo financeiro concedido a maternidades, urgências e emergências. O ministério pleiteia uma suplementação de R\$ 600 milhões.

— Temos um déficit orçamentário este ano que o Ministério do Planejamento terá de encontrar uma solução por remanejamento ou suplementação de verbas — explicou Barjas Negri.

Uma decisão tomada na terça-

feira pelo Tribunal de Contas da União (TCU) trouxe pelo menos um alento ao Ministério da Saúde. O TCU decidiu que o Tesouro não pode mais reter no Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) 20% da arrecadação da CPMF como faz com outros impostos. Em um ano, R\$ 1,4 bilhão referente à CPMF foi engolido pelo FEF.

Área econômica terá de repassar 350 milhões à Saúde

Com a determinação do TCU, só entre outubro e dezembro deste ano, a área econômica terá de repassar R\$ 350 milhões à Saúde. Barjas Negri disse que a decisão do TCU ajuda o ministério a obter metade dos recursos de suplementação necessários para pagar hospitais, serviços de maternidades e de emergências.

Ex-secretário-executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Barjas Negri ressaltou que a equipe econômica também terá problemas se quiser cortar verbas do

Ministério da Educação por causa da vinculação de 18% da receita de impostos para o setor. A arrecadação do salário-educação também está vinculada.

Serra esteve em Belo Horizonte integrando a caravana que a cúpula do PSDB tem promovido nos estados em que candidatos do partido disputam o segundo turno. No encontro com o governador Eduardo Azeredo, que disputa a reeleição, parlamentares e governadores do partido manifestaram o receio de que a derrota de aliados do Governo prejudique a implementação do ajuste fiscal nos estados.

Embora os integrantes do PSDB assegurem que darão o apoio ao ajuste, enfatizaram a necessidade de promover uma discussão com os governadores logo depois dos resultados do segundo turno das eleições. ■

• GOVERNO ESTUDA MUDANÇAS
DE REGRAS NO SEGURO-
DESEMPREGO na página 28